

açúcar com gosto de sangue: nota da CPT sobre a expansão da monocultura da cana no Brasil¹

Convocados pelo grito das mulheres e homens excluídos da terra e pela voz do Profeta que diz “*ai de vocês que juntam campo a campo, até que não sobre mais espaço e sejam os únicos a habitarem no meio do país*” (Is 5, 8), nos reunimos nestes dias de Pentecostes, no Seminário Cristo Rei, em Camaragibe (PE). Viemos dos doze regionais da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que atuam nas regiões afligidas pela monocultura da cana. Viemos para refletir e elaborar estratégias conjuntas de enfrentamento dos problemas advindos da nefasta expansão do latifúndio canavieiro em nosso país, patrocinado pelas políticas internacionais de aumento do consumo do álcool.

Denunciamos este processo como intrinsecamente maléfico porque baseado na exploração e na violação dos direitos humanos sociais e ambientais, como premissa para o financiamento da expansão agrícola, industrial e tecnológica do setor sucro-alcooleiro. **Denunciamos** o agronegócio como fenômeno econômico gerador de desigualdade social, de degradação ambiental e trabalho escravo, como a sua faceta mais trágica. **Denunciamos** o favorecimento do governo atual a este processo, com perdão e renegociação de dívidas e várias formas de subsídio e financiamento, premiando oligopólios que cresceram sob os auspícios da grilagem e concentração da terra, de fraudes e desvios de dinheiro público, da impunidade em casos de violência contra os trabalhadores e do trabalho escravo.

1. Os dados indicam que a expansão da cana deve ultrapassar os cinco milhões de hectares, principalmente com as políticas internacionais de aumento da demanda de álcool, motivado pela decisão de países como o Japão de acrescentar em até 10% deste produto no combustível, de maneira a cumprir os acordos do Protocolo de Kioto (Nota da Redação).

Identificamos como *conseqüências* deste modelo a crescente precarização das condições de vida e de trabalho dos assalariados rurais, a manutenção do sistema de migração dos trabalhadores — de maneira especial os nordestinos, que continuam servindo como mão-de-obra barata para o enriquecimento dos velhos senhores de engenho (seguindo a rota de migração do próprio capital), deixando para trás a desagregação familiar, comunitária e cultural de nosso povo. Frente à alta tecnologia e aos novos rótulos que tentam ocultar a face perversa deste sistema colonial, persistem no campo a violação dos direitos trabalhistas, o analfabetismo, a fome e o desemprego crescente, como resultado da mecanização e da manutenção do arcaico modelo conservador deste sistema agroindustrial.

Reafirmamos a necessidade metodológica de geração do protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras como estratégia de luta, organização e enfrentamento deste modelo depredador e excludente. **Reafirmamos** a urgência da efetivação da Reforma Agrária e valorização da agricultura camponesa como parte do processo de construção de um *outro* modelo de agricultura e de sociedade. **Reafirmamos** nosso compromisso na luta contra as violações dos direitos trabalhistas dos assalariados da cana e renovamos nosso compromisso com a prevenção e o combate do trabalho escravo. **Apoiamos** e convocamos toda a sociedade para aderir à campanha em favor do projeto de lei que pretende aprovar a expropriação das terras onde há ocorrência de trabalho escravo (Projeto de Emenda Constitucional/PEC 40). **Reafirmamos** a necessidade de que as nossas organizações nacionais e internacionais se aliem na defesa dos direitos dos pobres da terra, de maneira especial dos crucificados da cana.

Sentimo-nos desafiados a articular ações efetivas de denúncia das conseqüências perniciosas do chamado *agronegócio da cana*, bem como a intensificar nosso trabalho junto aos pobres da terra para que estes possam viver com dignidade, num novo céu e numa nova terra, num tempo novo no qual “*as coisas antigas nunca mais serão lembradas*” (Is 65, 17).

Camaragibe (PE), na Festa de Pentecostes, 30 de maio de 2004.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)